

RESISTÊNCIAS AFRICANAS: NOVOS PROBLEMAS E DEBATES

A terceira geração de brasileiros em Lagos. Moisés da Rocha e as fissuras da dominação colonial

*The third generation of Brazilians in Lagos. Moisés da Rocha and the cracks
in the colonial domination*

Angela Fileno da Silva*

Universidade de Guarulhos (UNG), Guarulhos, SP, Brasil
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil

RESUMO: Entre os anos de 1880 e 1890, a expansão colonial britânica em direção ao interior do continente teve como desdobramento novos arranjos em relação ao *lugar* político ocupado por alguns dos integrantes da chamada *terceira geração* de brasileiros estabelecida em Lagos. Este *lugar* político não foi unívoco, mas resultado de contextos históricos específicos. O presente artigo tem o propósito de refletir acerca das variações de posicionamentos políticos adotados pelos brasileiros estabelecidos em Lagos entre as décadas de 1880 e 1890. A ideia é pensar as dissensões existentes dentro do grupo quanto à atuação colonial britânica em Lagos e em territórios mais afastados do litoral. Para tanto, selecionei três títulos de periódicos capazes de fornecer pistas acerca dos arranjos operados em função dos novos contextos que se apresentavam. Os dois primeiros jornais eram editados por africanos, impressos em oficinas próprias e circularam ao longo do período que compreende o recorte temporal deste artigo (décadas de 1880 e 1890), são eles: *Lagos Observer* e *Lagos Weekly Record*. O terceiro periódico consistia numa publicação oficial do *Colonial Office*, a *Government Gazette*, cujas edições nos fornecem algumas informações acerca das ocupações de parte da comunidade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Lagos. Nigéria. Brasileiros. Jornais de Lagos e Jubileus da rainha Victoria.

ABSTRACT: During the 1880s and 1890s, the British colonial expansion towards the continent's hinterland unfolded into new arrangements with regard to the political *place* held by some of the members of the so-called

* Professora da Universidade de Guarulhos (UNG). Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP).
E-mail: angelafilenos@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0002-2204-4229>

third generation of Brazilians established in Lagos. This political **place** was not unambiguous, but rather the result of specific historical contexts. The purpose of this article is to reflect on the variations of the political positionings adopted by the Brazilians established in Lagos during the 1880s and 1890s. The idea is to look into the existing dissents within the group regarding the British colonial activity in Lagos and in territories that were more distant from the coast. In order to do so, I selected the names of three newspapers that could provide clues about the arrangements operated according to the new emerging contexts. The first two newspapers were edited by Africans, printed in their own shops and circulated throughout the period comprised in this article's temporal section (1880s and 1890s). They are: **Lagos Observer** and **Lagos Weekly Record**. The third newspaper is the **Government Gazette**, an official publication of the Colonial Office, whose editions provide us with some information about the occupations of a portion of the Brazilian community.

KEYWORDS: Lagos. Nigeria. Brazilians. Lagos newspapers and Queen Victoria Jubilees.

Introdução

A presença de brasileiros estabelecidos na região da Costa da Mina – referência historicamente construída sobre o território compreendido entre o forte de São Jorge da Mina e o delta do rio Níger – é percebida pelas produções especializadas como resultado de um movimento que se iniciou nas décadas finais do século XVII (VERGER, 1987, p. 19-20). Neste momento, a existência de indivíduos na área era explicada pelo crescente comércio de escravizados realizado com o Brasil, em específico, com a cidade baiana de Salvador. Este grupo de brasileiros era formado, em sua maioria, por negreiros baianos, muitos deles homens brancos, que se estabeleceram pelos atracadouros de Grande Popo, Ajudá, Jaquim, Apá e Onim, este último ponto ficou conhecido, posteriormente, como Lagos.

A esta primeira geração de *brasileiros-trafficantes*, que começou a se formar ainda no setecentos, somou-se uma segunda leva populacional que desembarcou na Costa da Mina depois da Revolta dos Malês, ocorrida no ano de 1835. Os indivíduos deste grupo ficaram conhecidos como *brasileiros-retornados*, em razão da passagem pela escravidão nas Américas. Somados aos *brasileiros-trafficantes*, este segundo conjunto de indivíduos era constituído por libertos e seus descendentes que partiram de Salvador, principalmente depois do levante malê, e, em menor quantidade, do Recife e do Rio de Janeiro. Além destes dois grupos, havia ainda os retornados vindos de Cuba, cuja proximidade comercial com os negreiros baianos estava associada ao tráfico, que continuou a ser praticado em direção à ilha do Caribe até 1867 (AMOS, 2017, p. 74; OTERO, 2010; LAW, 2002; PARIS, 1998).

Em meados da década de 1830, o grande volume de retornos de libertos para a Costa da Mina conferiu uma nova configuração humana à região. Uma vez estabelecidos em cidades costeiras que prosperaram com o tráfico de escravizados, essa segunda geração de brasileiros produziu descendentes que, embora não tenham vivido a experiência da escravidão no Brasil, continuaram integrados à comunidade. Estes indivíduos constituíram a terceira geração de brasileiros na região, grupo sobre o qual este artigo se debruça.

Em 1861, quando a ilha de Lagos se tornou colônia britânica, uma parcela da comunidade brasileira estreitou ainda mais suas relações com os agentes coloniais enviados ao recém-conquistado território lagosiano. De fato, esta não era uma posição nova ocupada por parte dos brasileiros

que viviam na cidade. Na década anterior, em 1851, em meio ao processo que depôs o então obá Kosoko, colocou no lugar seu tio (Akitoye) e tornou Lagos protetorado britânico, as forças da rainha Victoria contaram com o auxílio de alguns brasileiros. Esse auxílio deu-se no campo das negociações, quando tanto britânicos quanto chefias africanas locais, necessitaram de indivíduos capazes de colocar em diálogo os dois lados. Cito aqui o episódio das negociações entre o antigo obá Kosoko e enviados britânicos para exemplificar o papel desempenhado por uma parcela destes brasileiros estabelecidos na ilha. Em setembro de 1854, quando Kosoko firmou um acordo em que se comprometia a cessar o tráfico em Epe – cidade próxima à Lagos, para onde havia se exilado após sua expulsão, em 1851 – o documento redigido pelos britânicos foi lido primeiro em língua portuguesa pelo membro brasileiro da comitiva britânica, Josi Pedro da Cousta Roy, ou José Pedro da Costa Rei, e depois em uma língua identificada pelo vice-cônsul britânico Joseph Campbell, como “awori yorubá” (SMITH, 1979, p. 62-63).

Se é certo que, neste momento, uma parte dos brasileiros se mobilizou em apoio às forças colonizadoras da Grã-Bretanha, é igualmente verdade que existiu também uma parcela desta comunidade cuja lealdade a Kosoko se manteve até 1854, ano em que um novo tratado foi firmado entre o antigo obá e os representantes da rainha Victoria. A historiografia produzida sobre este período refere-se à permanência de três negreiros brasileiros ao lado do obá destituído: Marcos Borges Ferras, Nobre e Lima. Tais nomes são mencionados nas publicações que se dedicaram a compreender as disputas pelo mando em Lagos na década de 1850 (VERGER, 1987, p. 570-578; SILVA, 2003, p. 42-65, 128; 2004, p. 119; SMITH, 1979, p. 38). Nestas produções, os brasileiros são considerados intermediários nas negociações realizadas entre britânicos e enviados do obá exilado. Como a historiografia permite-nos entrever, tais brasileiros atuavam em prol dos interesses de Kosoko e, certamente, dos seus próprios.

Em novembro de 1851, quando a armada da rainha Victoria cercou a ilha de Lagos, os traficantes Marcos Borges Ferras e Nobre receberam o cônsul Beecroft e a comitiva que o acompanhava. Enquanto aguardavam autorização para ingressar no *igá* (ou palácio real), a fim de se encontrarem com Kosoko, os enviados britânicos permaneceram na residência de Ferras. Cerca de três anos mais tarde, em 1854, foi outro brasileiro – desta vez o traficante Lima – o interlocutor que defendeu os interesses do obá exilado nas negociações estabelecidas na Ilha das Conferências (SMITH, 1979, p. 62-63).

Embora os acontecimentos mencionados possam ser vistos como episódicos, considero importantes indícios de que a posição política ocupada pelos grandes comerciantes brasileiros instalados em Lagos nunca foi unívoca. Como resposta aos complexos cenários que se configuraram a partir da segunda metade do século XIX, estes mercadores se moveram ora em direção ao poder local estabelecido, ora rumo aos agentes coloniais britânicos. Neste sentido, o presente artigo propõe duas etapas de reflexão. A primeira refere-se às solenidades que marcaram os Jubileus de Ouro e de Diamante – respectivamente, cinquenta e sessenta anos – do reinado da rainha Victoria. Nas duas ocasiões em que ocorreram as celebrações – em 1887 e 1897 –, os jornais lagosianos noticiaram a ativa e entusiasmada participação de brasileiros. Ao tomar parte do conjunto de festividades dos jubileus, estes indivíduos ajudaram a construir uma ideia amplamente difundida pela historiografia, e até o momento pouco problematizada, de que a terceira geração de brasileiros estava mais próxima dos colonizadores britânicos do que das chefias africanas locais (MANN, 2007; OTERO, 2010; PARIS, 1998). Com exceção da obra fundamental de Manuela Carneiro da Cunha

(2012, p. 170-171), são raros os pesquisadores que se dedicaram à compreensão em profundidade acerca das formas de resistência à colonização levadas a cabo por alguns brasileiros de terceira geração.

A segunda etapa de reflexão proposta por este artigo refere-se a um conjunto de seis textos assinados pelo brasileiro Moisés João da Rocha e publicados no periódico *Lagos Weekly Record*. A intenção é oferecer um contraponto à ideia de proximidade da comunidade brasileira em relação ao poder colonial britânico. Dito em outros termos, embora uma parcela dos brasileiros tenha se alinhado aos interesses britânicos, este alinhamento não foi unívoco. Em apoio à essa ideia, proponho a análise dos escritos de Moisés da Rocha como um registro de que, em contextos históricos específicos, podemos perceber a resistência de integrantes da comunidade brasileira às ações colonizadoras realizadas pela Grã-Bretanha.

A conquista dos territórios iorubás afastados da costa era ambicionada pelos britânicos desde 1861, quando Lagos se tornou colônia da Grã-Bretanha. No entanto, as ações colonizadoras só alcançaram sucesso na década de 1890, sob o comando do então governador Gilbert Carter (1891-1897), e foram, de certo modo, continuadas em governos posteriores (MANN, 2007, p. 104-194). Para este artigo, interessa nos determos às décadas de 1880 e de 1890, anos em que vemos alterar o posicionamento britânico em relação aos grandes comerciantes brasileiros instalados na cidade. Se durante os anos de 1880 é possível perceber alguns acenos do governo de Cornelius Alfred Moloney (1886-1891) em favor da participação dos brasileiros no crescimento econômico de Lagos, não podemos verificar a mesma conduta na década seguinte em relação a Gilbert Carter.¹ A hipótese que o presente estudo levanta é de que o *lugar* político e econômico reservado aos brasileiros nas duas últimas décadas do século XIX oscilou, grosso modo, entre a incorporação da comunidade como um ponto de partida à “civilização” de toda a região iorubá – posição adotada por Moloney –, ou entre o estreitamento do espaço pelo qual transitavam os grandes mercadores atacadistas brasileiros. Este último posicionamento não foi defendido abertamente por Carter, mas se apresentou como um dos desdobramentos de suas ações “pacificadoras” e de abertura das lavouras de cacau, borracha e oleaginosas para a exploração das companhias exportadoras europeias.

Neste ponto, sublinho que a publicação dos escritos de Moisés João da Rocha no periódico *Lagos Weekly Record* se apresenta como um dos raros registros de resistência de um integrante da comunidade brasileira ao recrudescimento das ações colonizadoras britânicas na África ocidental. Afinal, como ensina o historiador congolês Elikia M’Bokolo (2011, p. 331), se por um lado, as formas de dominação e controle por parte do colonizador foram muitas, por outro, “as resistências assumiram uma diversidade extrema”. Esse pressuposto permite-nos compreender com maior clareza o posicionamento dos escritos de Moisés da Rocha como parte da complexa disputa entre grandes comerciantes brasileiros e companhias europeias em torno de zonas fornecedoras de mercadorias valorizadas pelo comércio exportador. Num contexto em que se impunham limites à atuação da parcela mais enriquecida da comunidade brasileira, cujas bases de sua concentração econômica residia no comércio atacadista atlântico, as críticas de Rocha constituem um registro de que parte dos brasileiros mais ricos se opuseram ao *lugar* político e econômico para o qual foram empurrados na década de 1890 (SILVA, 2018, p. 168-171). Ainda de acordo com as observações de M’Bokolo (2011, p. 338), o espraiamento da violência colonizadora mobilizou “forças sociais novas resultantes da própria dinâmica do processo colonial”. Em resposta, surgiram “fecundas reorganizações” capazes de ensejar resistências, cujas formas de atuação extrapolam os já amplamente estudados levantes contra os representantes do poder colonial local. Neste sentido, a análise

dos textos assinados por Moisés da Rocha torna-se parte do esforço de pesquisas historiográficas mais recentes por compreender formas de resistência consideradas, até então, episódicas e/ou circunscritas a grupos sociais bastante específicos.

Ao tomar as ideias do historiador norte-americano Frederick Cooper (2008, p. 27) acerca da dificuldade das pesquisas historiográficas irem além dos “binários colonizador/colonizado, ocidente/não-ocidente e dominação/resistência”, apresentando interpretações originais acerca da forma como o “poder é engajado, contestado, desviado e apropriado”, proponho um olhar sobre os escritos de Moisés da Rocha como ações individuais de resistência que “complementavam as ações coletivas”. Deste modo, seguindo a hipótese inicial de que nas décadas de 1880 e 1890 o *lugar* político e econômico reservado aos brasileiros estabelecidos em Lagos teve de se reconfigurar em função das mudanças de posicionamento da administração colonial britânica em Lagos, reuni um compêndio de documentos constituído por três títulos de periódicos, quais sejam: *Lagos Observer*, *Lagos Weekly Record* e *Government Gazette*. Fundado em 1882, pelo liberto J. Blackall Benjamin, o *Lagos Observer* foi um dos primeiros jornais a ser produzido durante um período de tempo mais alargado e com raras interrupções. Suas edições tinham quatro páginas, periodicidade quinzenal e continuaram a ser impressas até o ano de 1890. Neste ano, o jornal foi fechado para ser reaberto em 1894. A partir daí o *Lagos Observer* adotou circulação semanal, até ser extinto três anos mais tarde, em 1897. Impresso em oficina própria, localizada na rua Bishop, o periódico publicava artigos enviados por correspondentes de Londres, Manchester e Liverpool. Além disto, mantinha outros sete correspondentes espalhados por localidades como Cidade do Cabo, Elmina, Acra, Addah, Quitta, Fernando Pó e Porto Novo. Suas páginas eram preenchidas por editoriais, cartas, artigos de correspondentes e três colunas que tratavam de aspectos cotidianos da sociedade de Lagos: *By the Way*, *Tit Bits* e *Local News*. A primeira era escrita sempre em primeira pessoa e consistia em um apanhado de breves notas acerca de acontecimentos ocorridos na cidade. A segunda, *Tit Bits*, tecia críticas a comportamentos de alguns indivíduos. Por esta razão, preservava um aparente sigilo ao citar apenas as iniciais ou os primeiros nomes daqueles que eram criticados. A coluna *Local News* trazia notas de falecimento, chegadas e partidas de embarcações e de indivíduos considerados importantes, além de anúncios de espetáculos teatrais, dentre os quais estavam os organizados pela *Brazilian Dramatic Company* (SAWADA, 2011, p. 38-40).

Contemporâneo ao primeiro título citado, havia também o *Lagos Weekly Record*, fundado em janeiro de 1891 pelo pan-africanista de origem liberiana, John Payne Jackson. Este periódico circulou durante quase quarenta anos, de 1891 a 1930, ao longo dos quais não apenas manteve sua periodicidade semanal, como também passou a ser comercializado fora de Lagos, em função do transporte proporcionado pela estrada de ferro que ligava a ilha de Ido – nas imediações de Lagos – à cidade de Kano, situada no interior (NEWBURY, 1971, p. 102).

Impresso em oficina própria, suas páginas eram divididas em seções de artigos enviados por correspondentes da costa ocidental africana e de Londres, publicidade de mercadorias e serviços, cartas escritas por leitores e notícias do cotidiano da cidade. Um número significativo de anúncios ocupava a primeira e a última páginas de cada edição. Além disto, era relativamente comum a publicação de matérias de outros jornais acerca das colônias britânicas da África ocidental. A partir da década de 1890, o veículo passou a receber um subsídio anual do governo. O aporte de recursos ocasionou uma significativa ampliação no número de folhas impressas. Em julho de 1895, o *Lagos Weekly Record* dobrou seu número de páginas, passando de quatro para oito. A aproximação com

o governo colonial também abrandou um pouco as considerações do periódico acerca das ações do *Colonial Office* em Lagos. No entanto, o *Lagos Weekly Record* manteve uma postura bastante crítica em relação à atuação política local, em especial quanto às ações do comissário e, depois, governador de Lagos, Frederick Lugard, que atuou por quase duas décadas na cidade, entre 1900 e 1919 (SAWADA, 2011, p. 51).²

Embora reconheça a existência de títulos anteriores à década de 1880 e perceba a importância de outros periódicos como *The Eagle and Lagos Critic* (1883), *The Lagos Standard* (déc. 1890) e *The Mirror* (1887), todos eles produzidos dentro do recorte temporal aqui definido (1880-1890), este artigo trabalha somente com os periódicos *The Lagos Observer* e *Lagos Weekly Record*. Uma das razões desta limitação dos títulos pesquisados reside no fato de que os dois primeiros periódicos são os únicos que coincidem com um recorte temporal mais amplo (1840-1900) estabelecido em minha pesquisa de doutoramento, do qual esse artigo é um desdobramento, e cujos exemplares se encontram digitalizados e estão disponíveis para consulta na base de dados *World Newspaper Archive*, seção *African Collection*.

Além destes dois jornais, esse artigo trabalha com um terceiro título de periódico: a *Government Gazette*. Trata-se de um jornal oficial publicado pelo governo colonial britânico e impresso em Lagos. Seu conteúdo refere-se, principalmente, às mudanças legislativas promovidas na colônia, anúncios de falecimento e execução de dívidas de indivíduos residentes em território lagosiano, listas de jurados, relações de armazéns e suas respectivas localizações e fiadores, editais oficiais, entre outros. A rigidez desta fonte oficial não impede sua análise como um registro complementar às informações recolhidas entre os dois outros periódicos. Isto porque os relatórios publicados pela *Government Gazette* nos permitem entrever um pouco mais a respeito do *lugar* econômico ocupado por alguns comerciantes brasileiros que atuavam em Lagos.

As lições dos Jubileus

A porção que erroneamente chamamos de brasileira nesta cidade, é ocupada por mercadores, negociantes, mecânicos, marinheiros, [ilegível], trabalhadores e outros, que representam, assim espero, avanço, ordem, indústria e respeito [...] e são ainda louváveis exemplos de cidadãos.

Lagos Observer, 2 e 9 de julho de 1887, WNA, AN, 1883-1888.³

Em meados dos anos de 1887 e 1897, uma série de publicações referentes aos preparativos para as cerimônias em honra, respectivamente, dos jubileus de ouro e de diamante do reinado da rainha Victoria, tomaram as páginas dos jornais: *Lagos Weekly Record* e *Lagos Observer*. As menções à mobilização de parte da sociedade lagosiana em torno destas comemorações variaram entre artigos, editoriais, notas e listas de doações ao *The Queen's Commemoration Fund*. Estas últimas informavam os nomes e valores doados, individualmente ou em grupo, ao fundo que seria empregado, na íntegra, no pagamento das despesas relativas aos festejos dos jubileus.

Entre os meses de junho e julho de 1887, as mobilizações em torno dos cinquenta anos de reinado da rainha Victoria levaram o jornal *Lagos Observer* a fazer dez referências às celebrações jubileu. Em meio a estas publicações, estavam a programação das festividades que aconteceram

entre os dias 21 e 24 de junho, descrições das solenidades ocorridas nestes dias, o discurso do então governador de Lagos Cornelius Alfred Moloney dirigido à comunidade brasileira e uma carta, assinada por dezenove brasileiros, cujas linhas saudavam “as importantes ações de civilização e comércio e os muitos benefícios” gozados sob a colonização britânica.⁴

De fato, no ano anterior a estas festividades, em 1886, Lagos havia retomado sua autonomia administrativa, deixando de ser parte da colônia britânica da Costa do Ouro. Sob o governo de Cornelius Alfred Moloney, a cidade passou por algumas operações urbanas com o propósito de dinamizar sua economia. Uma das intervenções realizadas no primeiro ano da administração de Moloney ocorreu no campo da comunicação. No ano de 1886, foi implantada uma linha telegráfica que ligava Lagos à Grã-Bretanha. Mais tarde, a mesma linha submarina conectou-se a *Eastern and Brazilian Companies*, permitindo uma comunicação mais rápida também com o Brasil (CUNHA, 2012, p. 161). Além do acréscimo de uma tecnologia responsável por encurtar o tempo do fluxo de informações, o governador de Lagos também implantou uma estrutura projetada para ambientar espécies vegetais valorizadas no mercado internacional: a Estação Botânica de Lagos. Estas e outras realizações do governo Moloney subsidiaram a elaboração de uma retórica de valorização do progresso material executado pela administração colonial britânica na cidade.

Na ocasião do jubileu de ouro, as congratulações dirigidas à rainha Victoria somaram-se às manifestações de apreço às ações de modernização operadas pelo governo Moloney. Foi neste contexto que os dezenove integrantes da comunidade brasileira existente na cidade encaminharam uma missiva saudando o jubileu de ouro e declarando lealdade à monarca. Ao cotejarmos os nomes dos brasileiros signatários desta missiva à outras edições dos periódicos pesquisados e às produções historiográficas especializadas, percebemos que nem todos os indivíduos listados neste documento reaparecem nestes registros. No entanto, alguns deles se tornaram figuras proeminentes dentro da comunidade brasileira.

É o caso dos brasileiros João Angelo Campos e Prisco Francisco da Costa, dois dos signatários da carta enviada à monarca britânica. Estes dois comerciantes tiveram seus nomes impressos nas edições das *Government Gazettes* como fiadores de importantes armazéns atacadistas da época. Como mencionei anteriormente, o jornal *Government Gazette* era uma publicação oficial, impressa em Lagos, que funcionava como uma espécie de “diário oficial” da colônia. Os exemplares consultados revelam que, entre 1889 e 1900, João Angelo Campos deu garantias ao governo colonial lagosiano de que os estabelecimentos de diversos atacadistas brasileiros honrariam suas dívidas junto aos seus credores. A partir de 1894, Campos se associou a Prisco Francisco da Costa e, juntos, tornaram-se fiadores de dois armazéns pertencentes a Joaquim Francisco Branco, ambos localizados na rua Kakawa. O fato destes dois comerciantes brasileiros enriquecidos responsabilizarem-se pelos negócios de terceiros revela aspectos de uma complexa rede de trocas comerciais cujos arranjos de solidariedade se combinavam à concorrência (*GG, Colony of Lagos, National Archives/UK. CO 150/8 a 150/9*).

Também outro importante atacadista brasileiro, P. F. Gomes, teve seu nome arrolado entre os signatários da carta que saudava o jubileu de ouro da rainha Victoria. Entre os anos de 1894 e 1900, o comerciante aparece como proprietário de um armazém localizado na rua Bamgbose (*GG, Colony of Lagos, National Archives/UK. CO 150/8 a 150/9*). O imóvel ocupado pela firma de Gomes estava afiançado por três outros comerciantes. Um deles era o já citado João Angelo Campos, os outros dois eram: J. L. Williams e Walter Paul Siffre. A documentação consultada

pouco esclarece sobre o primeiro fiador, J. L. Williams. No entanto, o segundo fiador de Gomes, Walter Paul Siffre é citado por Amós como um brasileiro que vivia na rua Bamgbose. De acordo com a pesquisadora, quando jovem Siffre teria trabalhado como pintor de residências, profissão modesta para um indivíduo que, em vida, serviu como fiador do importante comerciante P. F. Gomes e, depois de sua morte, deixou como herança duas fazendas situadas nos arredores de Lagos (AMÓS, 2017, p. 78).

A missiva dos brasileiros foi de pronto respondida por Alfred Moloney. Em um longo texto, o governador de Lagos reafirmava a ideia de que os brasileiros constituíam uma parcela da sociedade formada por indivíduos “avançados, ordeiros e industriais”, cujas ações tornavam os integrantes desta comunidade “louváveis exemplos de cidadãos”. Em apoio a estas considerações, o documento ressaltava o conhecimento adquirido por ex-escravos durante os anos de cativeiro. Este era o elemento fundamental da argumentação de Moloney em torno da “repatriação” de libertos provenientes do Brasil. Para o governador de Lagos, “[...] o retorno de agricultores treinados é especialmente desejável e deveria ser encorajado por todos”. E, justificando sua posição, completava:

A porção que erroneamente chamamos de brasileira nesta cidade, é ocupada por mercadores, negociantes, mecânicos, marinheiros, [ilegível], trabalhadores e outros, que representam, assim espero, avanço, ordem, indústria e respeito [...] e são ainda louváveis exemplos de cidadãos (LO, 2 e 9 de julho de 1887, WNA, AN, 1883-1888).

Para Moloney, era um erro chamar de brasileira a parte em que se concentrava esta parcela da população. Ao sublinhar as especialidades profissionais destes indivíduos, o governador de Lagos deixava explícita uma argumentação que incorporava os brasileiros aos demais grupos existentes na cidade. Suprimindo as assimetrias sociais e econômicas existentes dentro do próprio grupo, Moloney recompunha uma outra forma de representação de seus integrantes, desta vez como “louváveis exemplos de cidadãos” lagosianos.

No mesmo ano de 1887, um número mais alargado de brasileiros também se juntou àqueles signatários da missiva endereçada à monarca ao integrar uma das principais solenidades em torno do jubileu de ouro. Em 22 de junho de 1887, uma procissão de “Brazilian Caretas” tomou as ruas centrais de Lagos. Descrita pelo periódico *Lagos Observer* como uma espécie de folguedo de carnaval, a procissão era formada por um grupo de mascarados, cujo cortejo ganhou o espaço público entoando canções em língua portuguesa, acompanhadas por tambores e instrumentos de sopro. Como um exercício simbólico do pertencimento à comunidade brasileira de Lagos, os mascarados colocavam em ação um dos elementos de identificação do grupo: a produção cultural. Planejado para ser um conjunto de cerimônias a partir das quais seria possível manifestar a lealdade da sociedade lagosiana à rainha, o jubileu de ouro reafirmava o lugar social ocupado por uma parcela da comunidade brasileira existente na época (LO, 18 de junho de 1887, WNA, AN, 1883-1888).

Dez anos mais tarde, em 1897, a colônia britânica de Lagos voltou a comemorar o aniversário de reinado da rainha Victoria. Desta vez, o jubileu marcava os sessenta anos de poder da monarca. Nesta segunda ocasião, os jornais lagosianos também deram atenção às preparações relativas ao conjunto de solenidades ocorridas entre 22 e 25 de junho. Entre os meses de fevereiro e julho de 1897, o *Lagos Weekly Record* fez trinta e uma menções ao jubileu de diamante da rainha Victoria. Um dos artigos publicados neste periódico, sob o título *As lições do jubileu*, recapitulava as ações britânicas desde o tratado de cessão firmado em 1861, com o então obá Docemo, até as “conquistas”

mais recentes proporcionadas pela “pacificação” do interior iorubá, iniciadas em 1892 pelo então governador Gilbert Carter.

Logo no início do texto, ao citar um excerto do tratado de cessão de Lagos que sustentava a colonização como uma ação necessária para “assistir, defender e proteger os habitantes de Lagos, e colocar fim o comércio de escravos nesta colônia [Lagos] e nos países vizinhos”, o artigo esboçava a ideia da colonização como uma demanda dos próprios lagosianos. Afinal, como o mesmo artigo assinalava “durante muitos anos os representantes de Sua Majestade se mantiveram como espectadores impotentes dos acontecimentos que desgraçaram a humanidade [...]”. Neste sentido, as observações recolhidas por governadores, oficiais da marinha, representantes de firmas comerciais, ao longo dos dez anos em que Lagos se manteve como protetorado britânico (de 1851 a 1861), serviram de suporte à argumentação de que, na década de 1890, era preciso colocar termo às disputas no interior, cujos desdobramentos interferiam no mercado lagosiano (*LWR*, 26 de junho de 1897, *WNA, AN*, 1883-1888).

O longo preâmbulo a respeito da instalação colonial britânica na década de 1860 fundamentava o discurso de apoio à penetração das forças do governo lagosiano por territórios afastados da costa. Ao argumentar que a supressão dos embates existentes no interior só aconteceu em razão da intervenção da armada colonial, o artigo colocava em questão a capacidade de convivência entre as sociedades “pacificadas”. Segundo o texto, a interiorização britânica não estaria completa antes que “as vantagens da harmonia e da cooperação” fossem ensinadas. Afinal,

[...] os nativos requerem força externa para produzir ordem. Quanto mais rudes, menos desenvolvidas são suas faculdades e maior força externa é necessária para manter os indivíduos juntos e ensinar comunidades oponentes as vantagens da harmonia e da cooperação. [...] Confiança é uma planta que cresce devagar, especialmente entre as pessoas com estes antecedentes (*LWR*, 26 de junho de 1897, *WNA, AN*, 1883-1888).

De acordo com Edward Said (2007, p. 282), a elaboração de uma retórica da “dignificação da conquista” ocorre por meio de um conjunto de considerações, a partir das quais é possível “transformar o desejo [do colonizador] por mais espaço geográfico” em uma “teoria” capaz de dar sustentação à dominação. Na Lagos da década de 1890, a violência colonial em direção ao interior assentava-se sob o argumento de que os “nativos requeriam força externa para produzir ordem”. Conseguida por meio das tropas haussás enviadas pelos britânicos, a “ordem” e as “vantagens da harmonia e da cooperação” eram lições ensinadas pelo colonizador e, em última instância, pela rainha Victoria. Em outras palavras, cabia à rainha a tarefa de interpor sua figura de autoridade, a fim de semear a confiança entre sociedades separadas por disputas alimentadas durante tantos anos. Deste modo, a comemoração do jubileu de diamante constituiu um momento propício à disseminação da imagem da monarca como uma matriarca imperial.

Era ao redor deste constructo da imagem de rainha que se puseram alguns dos membros mais proeminentes da comunidade brasileira da época. Ao tomar parte das festividades que envolveram o segundo jubileu, estes brasileiros ajudaram a compor a ideia de proximidade da comunidade em relação ao colonizador. Dito em outros termos, embora episódicas, as mobilizações de parte da comunidade brasileira em torno dos jubileus de ouro e de diamante são emblemáticas de um processo de construção da ideia de que haveria uma proximidade entre brasileiros e britânicos.

Conforme sublinha Cunha (2012, p. 171), muitos comerciantes declaravam publicamente apoio político às ações colonizadoras britânicas, em especial, às chamadas “medidas pacificadoras”, que se intensificaram após a chegada do novo governador de Lagos: Gilbert Carter (1891-1897). As violentas incursões determinadas por Carter colocaram fim às guerras de Ekitiparapo e de Ijaye, proporcionando melhores condições à penetração das firmas comerciais em direção ao interior (FALOLA; HEATON, 2008, p. 95). No entanto, não foram as companhias pertencentes aos brasileiros enriquecidos que tiraram o maior proveito desta nova situação. Ao contrário, muitos brasileiros viram seus negócios minguarem após a “pacificação” promovida por Carter se completar ao final da década de 1890. Isto porque a maioria destes comerciantes tinha seus negócios atados ao mercado baiano, cujas trocas diminuíram ano após ano a partir de 1890 (SILVA, 2016, p. 195-200). Além deste aspecto, havia o fato dos atacadistas brasileiros, mesmo os mais enriquecidos, não conseguirem fazer frente à concorrência imposta pelas grandes companhias europeias, mais capitalizadas e atadas comercial e culturalmente à Europa (MANN, 2007, p. 120-121). Nestas circunstâncias, diversos mercadores brasileiros, entre eles integrantes das proeminentes famílias Gomes, Santana e Rocha, tiveram de reorganizar suas atividades migrando seus negócios do comércio atacadista atlântico, realizado principalmente com Salvador, para o varejo operado regionalmente.

Neste contexto de estreitamento do espaço econômico (e político) ocupado por comerciantes brasileiros enriquecidos que é publicada, pelo *Lagos Weekly Record*, uma série de artigos assinados por Moisés João da Rocha. A forma como este integrante da comunidade brasileira construiu suas críticas à atuação colonial britânica na década de 1890 coloca em evidência as contradições internas do grupo. Em outros termos, os escritos deixados por esse membro da afortunada família “da Rocha” ajudam-nos a compreender as nuances de posicionamentos políticos não homogêneos dentro da própria comunidade brasileira instalada em Lagos.

Moisés João da Rocha e as fissuras da colonização

A África tem experimentado sob o reinado da rainha [Victoria] o que eu poderia chamar de verdadeira metamorfose. Mas é ainda necessário que estas raças que não se submetem à benigna influência das ideias ocidentais se convertam a elas de maneira pacífica
(LWR, 9 de outubro de 1897, WNA, NA, 1883-1888).

Moisés João da Rocha era o segundo filho do comerciante brasileiro João Esan da Rocha. De acordo com Amós (2007, p. 111), o patriarca da rica família da Rocha era um africano nascido entre os anos de 1835 e 1844. Capturado aos dez anos de idade e vendido como escravizado em Salvador, João Esan da Rocha foi um dos muitos cativos que continuaram a desembarcar na Bahia mesmo após a lei de número nove (promulgada apenas quatro meses depois da Revolta dos Malês, em 1835) determinar a imediata “reexportação” de africanos importados depois da proibição do tráfico, em 1826 (BRITO, 2009, p. 41). João Esan não só deixou de ser “reexportado” para o continente africano, como teve de arcar com os custos de seu retorno à Costa da Mina, décadas mais tarde. Na segunda metade do século XIX, depois da compra de sua própria liberdade e a de sua esposa, Luiza Angélica Nogueira, João Esan partiu para Lagos. Na época, Luiza e seu primogênito, Cândido João da Rocha, nascido em outubro de 1867, permaneceram em Salvador. No início dos anos de 1870, a família voltou a se reunir, desta vez do outro lado do Atlântico, na cidade de Lagos.

Uma vez estabelecida em Lagos, a família da Rocha se ampliou. João Esan teve mais três outros filhos com Luiza Angélica: Moisés João, Joana e Josefina. Os negócios da família também alcançaram sucesso muito rapidamente. Ainda segundo Amós (2017, p. 84), o patriarca ergueu sua casa no coração do bairro brasileiro, na rua Kakawa. No quintal deste imóvel, abriu um poço e, fazendo uso de uma bomba importada, extraía água potável que era comercializada pela cidade. A trajetória de João Esan serviu de inspiração para o jornalista, escritor e adido cultural da embaixada do Brasil em Lagos, Antonio Olinto, escrever o romance *A casa d'água* (publicado em 1969).

Entre as décadas de 1880 e 1890, a família diversificou seus negócios, expandindo suas operações para além do comércio atacadista com o Brasil. Em 1897, Cândido João, o filho primogênito de João Esan, tornou-se proprietário de um hotel-restaurante, cujos anúncios figuravam no jornal *Lagos Weekly Record* como um estabelecimento aberto na rua Tinubu, em um local conhecido como “Casa de Ferro, que sempre foi frequentada por governadores, comerciantes, agentes comerciais, médicos e advogados de Sua Majestade” (*LWR*, 27 de novembro de 1897, *WNA, NA*, 1883-1888). No ano seguinte, os anúncios do hotel-restaurante incluíam um novo serviço: o aluguel de cavalos e de riquixás, uma espécie de liteira com duas rodas, puxada por um homem (*LWR*, 12 de fevereiro de 1898, *WNA, NA*, 1883-1888).

A prosperidade financeira da família permitiu que o segundo filho de João Esan – Moisés João da Rocha – completasse os estudos na cidade escocesa de Edimburgo. Depois de estudar nas quatro principais escolas missionárias de Lagos – a *Wesleyan Tinubu School*, ligada à *Wesleyan Missionary Society*; a *Faji School*, pertencente à *Church Missionary Society (CMS)*; a *St. Xavier Catholic School*, mantida pela *Société des Missions Africaines* e a *St. Gregory's Grammar School*, também da CMS – Moisés partiu para a Europa. Uma nota publicada em agosto de 1896 anunciava a saída do vapor *Axim*, cuja lista de passageiros contava com o filho do então falecido “Senhor João da Rocha”. O breve texto impresso nas páginas do *Lagos Weekly Record* desejava que, uma vez estabelecido em seu destino final, Moisés expusesse sua “considerável habilidade intelectual” e provasse “capacidade na profissão que escolhera seguir”: a medicina (*LWR*, 22 de agosto de 1896, *WNA, AN*, 1883-1888).

A conclusão do curso de medicina durou mais do que o esperado por seus familiares, pois depois de ingressar na universidade, Moisés passou a dedicar grande parte de seu tempo a atividades não relacionadas à sua futura carreira na medicina. Um ano depois de seu ingresso na universidade, em 1896, os primeiros artigos e correspondências redigidos pelo brasileiro Moisés João da Rocha passaram a ser publicados pelo *Lagos Weekly Record*.

Na virada do século XIX para o XX, a discussão acerca das ações imperialistas britânicas havia chegado até os estudantes negros que residiam na Grã-Bretanha. A maioria deles era proveniente de colônias inglesas existentes na África e no Caribe. Como parte de uma “elite” formalmente educada em língua inglesa, e com recursos financeiros suficientes para completar seus estudos em instituições de ensino britânicas, estes alunos ingressaram nos debates políticos acerca da promoção da unidade entre africanos e seus descendentes diásporizados pelo tráfico. Segundo o abolicionista norte-americano William Wells Brown (1855, p. 265-266), no ano de 1851, quando visitou a escola de medicina de Edimburgo, estudavam na instituição três rapazes “de cor”. Seu longo relato acerca das experiências vividas na Irlanda, Escócia, Inglaterra e França é permeado por comparações entre o *lugar* ocupado pelos negros que viviam na Europa e nos Estados Unidos. Entusiasmado com o fato de haver encontrado estudantes de medicina negros tratados com “companheirismo e respeito”

por seus colegas brancos, Brown ainda acrescentou ter observado nas ruas da cidade universitária de Edimburgo “homens de cor caminhando de braços dados com brancos”.⁵

Mais de quatro décadas depois da narrativa de viagem de William Brown ser publicada, Moisés da Rocha ingressou nesta mesma escola de medicina. Naquele momento é provável que o número de alunos matriculados neste curso fosse bastante superior aos três alunos registrados pelo visitante norte-americano. Em 1897, apenas um ano após iniciar seus estudos na instituição, Moisés se tornou secretário da *African Association*. No ano de 1900, a associação – que tinha entre seus membros o então estudante de direito nascido na ilha de Trinidad, Henry Sylvester Williams – organizou a primeira Conferência Pan-africana realizada em Londres (AMÓS, 2007, p. 112-113).⁶

O interesse do estudante brasileiro pela discussão política em torno das questões raciais aprofundou-se e ganhou visibilidade quando suas ideias chegaram aos jornais. Em 1897, cartas e artigos redigidos por Moisés da Rocha foram publicados em periódicos em Edimburgo, Londres, Liverpool, Washington, África do Sul e Lagos (AMÓS, 2007, p. 114). Entre os jornais impressos em Lagos, no período de 1897 a 1900, encontrei seis textos assinados pelo brasileiro que vivia em Edimburgo, todos eles publicados pelo *Lagos Weekly Record*. Embora estes escritos tratassem de assuntos que se diferenciavam entre si, é possível perceber três características predominantes na maioria dos textos de Moisés.

A primeira delas está relacionada à exposição da erudição do autor. Ao construir um conjunto de argumentos em favor de uma posição política específica, Moisés da Rocha citava trechos bíblicos, comparava entre si acontecimentos semelhantes ocorridos em outras partes do mundo e fundamentava suas considerações a partir de exemplos encontrados na história. Em agosto de 1897, o primeiro artigo assinado pelo brasileiro chegou às páginas do *Lagos Weekly Record*. Neste texto, Rocha discutia a questão racial norte-americana. Suas críticas aos linchamentos praticados contra negros residentes nos estados de Ohio e do Alabama foram acompanhadas por considerações acerca de formas discriminatórias experimentadas por outras populações residentes na Rússia, na Armênia e na Bulgária. Ao citar os trabalhos de autores dedicados ao combate da violência contra judeus, armênios e búlgaros, o brasileiro dava mostra de uma formação intelectual que extrapolava o âmbito da medicina. Expondo um amplo conhecimento acerca dos autores de seu tempo, Moisés construiu uma argumentação intertextual sobre a qual apoiava um conjunto de críticas à forma como eram tratados pela justiça norte-americana os episódios de violência contra negros residentes nos Estados Unidos. Como membro do movimento pan-africano e secretário da *African Association*, Moisés da Rocha parecia entender a questão racial norte-americana como uma das faces de um processo discriminatório que atingia a população negra de maneira geral, ou seja, capaz de abarcar os negros da diáspora e os do próprio continente africano, o que incluía os brasileiros. Neste sentido, uma parcela de suas considerações estava também fundamentada em sua experiência como estudante de medicina da universidade de Edimburgo (*LWR*, 21 de agosto de 1897, *WNA*, *AN*, 1883-1888).

Em outro texto publicado seis meses após a estreia de seu primeiro artigo no periódico lago-siano, Moisés da Rocha demonstrava uma erudição que combinava um saber generalista acerca da história, literatura e política mundiais, com seu conhecimento psíquico, aprendido no curso de ciências médicas. Com o título “Caráter, um fenômeno psíquico”, Moisés construiu um conjunto de contra-argumentos que colocavam em questão a etnologia racista de sua época. Assumindo um tom de denúncia contra as “atrocidades cometidas no Congo, no árido e arenoso Sudão, na

Matabeleland e em Mashonaland [as duas últimas situada no atual Zimbábue] em nome da civilização”, o brasileiro criticava a atuação de exploradores europeus que deixavam de observar “os mandamentos ditados a Moisés no Monte Sinai”, para tornarem-se “incultos e pagãos”. Nestes casos, apesar de tais exploradores anunciarem serem portadores das “mais nobres motivações” em relação às populações residentes nos territórios percorridos, uma vez em viagem pelo continente africano, eles logo se tornavam “cruéis e valentões nas regiões em que ‘costumes bárbaros’ prevaleciam” (*LWR*, 5 de fevereiro de 1898, *WNA, AN*, 1883-1888).⁷

Ao equiparar o comportamento de exploradores europeus aos das populações africanas classificadas como “bárbaras”, Rocha procurava desconstruir um discurso que validava o uso da violência como recurso civilizatório. No entanto, como é possível notar a partir dos textos deixados pelo brasileiro, a atuação de exploradores britânicos é representada como descolada dos direcionamentos fornecidos pelo *Foreign Office*. Em outras palavras, para Moisés da Rocha, a forma como estes britânicos operavam suas incursões pelo rio Níger era resultado de ações individuais e não de uma orientação proveniente de instâncias superiores do governo da Grã-Bretanha. Esta perspectiva permitia ao brasileiro tecer agudas críticas à violência promovida por exploradores sem, porém, dirigir-se diretamente ao *Foreign Office* ou ao *Colonial Office*.

Este aspecto remete à segunda característica presente nos escritos de Moisés da Rocha: o apoio a algumas das ações “civilizatórias” britânicas promovidas em suas colônias. No artigo em que Rocha tece comentários ao fato dos “linchamentos terem se tornado comuns na América”, é evidente o apoio do brasileiro à atuação do governo colonial britânico no continente africano. Para ele, os linchamentos ocorridos nos Estados Unidos demonstrariam que os norte-americanos não eram uma “nação progressista”, tal como anunciavam suas lideranças políticas. Conforme o autor, a resposta à situação de exacerbação da violência contra a população negra estava do outro lado do Atlântico, na Grã-Bretanha. Afinal, embora a antiga metrópole dos Estados Unidos fosse responsável pela introdução da escravidão em suas colônias, foi também a Grã-Bretanha quem iniciou os movimentos humanitários que colocaram termo ao tráfico atlântico de escravos. De acordo com Moisés, esta ruptura em relação ao comércio escravista havia provocado uma guinada “moral” entre os britânicos e, em razão disto, o brasileiro recomendava à população branca norte-americana maior “atenção ao mundo civilizado”. Ao sugerir que as agressões contra negros colocavam os Estados Unidos entre as nações não civilizadas, o brasileiro fazia uso de um suporte discursivo elaborado no interior do universo branco e colonizador (*LWR*, 21 de agosto de 1897, *WNA, AN*, 1883-1888).

De certo modo, Moisés da Rocha personificava o sucesso das ações “civilizatórias” empreendidas pela Grã-Bretanha. Durante os anos em que viveu em Lagos ele passou pelas quatro principais instituições de educação formal da cidade: a *Wesleyan Tinubu School*, a *Faji School*, a *St. Xavier Catholic School* e a *St. Gregory's Grammar School*. Conforme informa Amós (2007, p. 113), no ensino secundário tornou-se editor do jornal estudantil *The Grammarian* e, no ano de 1893, concluiu o curso secundário como primeiro aluno da turma. A brilhante trajetória escolar iniciada quando ainda vivia na colônia britânica certamente contribuiu para seu ingresso na faculdade de medicina em Edimburgo. Era desta cidade escocesa que Rocha escrevia e enviava os textos que seriam publicados no *Lagos Weekly Record*. Nestas cartas e artigos, o brasileiro expressava abertamente seu posicionamento político em relação às transformações operadas pelos britânicos em suas colônias.

Em um longo artigo acerca do “covarde e indefensável [...] massacre da expedição do cônsul Phillips” – em referência ao vice-cônsul britânico James Robert Phillips – promovido por forças benins, Moisés da Rocha expôs sua opinião em relação ao que considerava uma “verdadeira metamorfose” realizada nas áreas dominadas pelos ingleses. Embora reconhecesse que a conquista da cidade do Benim faria desaparecer o “último estado independente da África ocidental”, o brasileiro considerava ser uma espécie de “consolo” os “benefícios” que acompanhariam a colonização promovida pelos britânicos. Neste sentido, a incursão das forças da Grã-Bretanha por territórios ainda não tocados “pela benigna influência das ideias ocidentais” deveria acontecer de maneira “pacífica”. Em razão disto, o texto de Rocha questionava a política adotada pelo *Colonial Office* de “limpar o campo antes de semear”. Dito em outros termos, de exilar chefias africanas oponentes após a conquista imperial de seus territórios. Este excerto do artigo expunha os limites do apoio conferido por Moisés da Rocha à atuação colonizadora britânica na região do Protetorado da Costa do Níger, o qual havia se estabelecido há apenas quatro anos, em 1893. Definindo seu texto como “a expressão da opinião de um nativo”, o brasileiro expôs o terceiro, e último, elemento caracterizador de suas produções impressas nos jornais lagosianos: a auto representação como africano nativo (*LWR*, 9 de outubro de 1897, *WNA*, *AN*, 1883-1888).

Embora este seja o único artigo encontrado em que Moisés da Rocha declara abertamente sua posição de “nativo”, é possível entrever formas de representação semelhantes em outros textos publicados pelo autor. Em julho de 1899, Rocha enviou ao *Lagos Weekly Record* uma carta em que anunciava sua participação em uma comissão internacional denominada como *Bureau International Permanent de la Paix*, cuja sede se localizava em Turim, na Itália. De acordo com esta correspondência, o grupo tinha a função de discutir os “massacres cometidos por tropas europeias” contra “hordas mal armadas e [contra] as chamadas raças inferiores”. Neste sentido, o brasileiro expunha a razão pela qual foi chamado a integrar a referida comissão. Neste momento, Rocha se coloca não como um brasileiro, mas como um africano e, como tal, seu discurso possuía, de antemão, a legitimidade necessária às análises que seriam produzidas pelo *Bureau*. Além deste aspecto, Moisés apresentava uma formação acadêmica que o habilitava a compreender e a dialogar com as representações europeias elaboradas sobre o continente africano. Estes dois elementos permitiriam ao brasileiro analisar as “políticas coloniais” promovidas na África a partir de uma perspectiva bastante específica: a de “nativo” africano que representa a si mesmo a partir da gramática do colonizador (*LWR*, 1 de julho de 1899, *WNA*, *AN*, 1883-1888).

Ao se comprometer com os termos do colonizador, Moisés da Rocha escreveu um conjunto de textos que constitui a expressão do que Mary Louise Pratt denomina “auto-etnografia”. Em sua análise acerca das narrativas elaboradas por indivíduos que, no século XVIII, pertenciam às colônias espanholas nas Américas, Pratt propõe o uso do termo “auto-etnografia” para definir as produções que, embora escritas por indivíduos nascidos em territórios colonizados, construíram suas reflexões a partir da “apropriação do léxico do conquistador”. Como registros produzidos por meio do contato com o colonizador – ou para empregar a expressão da autora, elaborados nas “zonas de contato” entre colonizador e colonizado – os textos auto etnográficos eram, muitas vezes, formulados em “diálogo com as representações metropolitanas” (PRATT, 1999, p. 33). Desta forma, apesar do *locus* de produção destes documentos ser o universo colonial, é possível notar os limites existentes nas representações comprometidas com uma gramática colonial.

Este é um dos motivos que explicaria porque Rocha elaborou duras críticas à violência adotada pelas investidas das forças britânicas na conquista da cidade do Benim e, ao mesmo tempo, considerou a instalação do estado colonial como capaz de operar uma “verdadeira metamorfose” nos territórios sob seu comando. Ou porque ao denunciar os linchamentos promovidos contra negros nos Estados Unidos, o brasileiro se reportou à atuação britânica no combate ao tráfico. Retomando as ações pregressas dos movimentos humanitários britânicos como uma evidência de que, na Inglaterra, a questão racial já estava resolvida, Moisés da Rocha formulou uma argumentação que selecionava quais seriam os alvos de suas críticas (*LWR*, 9 de outubro e 21 de agosto de 1897, *WNA, AN*, 1883-1888).

Para o crítico literário indiano Homi Bhabha (2014, p. 178), o processo colonizador obriga a replicação do signo metropolitano. No entanto, o signo replicado não se mostra idêntico ao signo original, mas uma aparição deslocada, incerta: uma “mímica”.⁸ Ao se apropriar do conjunto de signos metropolitanos, o colonizado os transforma, borrando a visão do colonizador acerca das fronteiras que o separa do colonizado e enfraquecendo sua capacidade de controle sobre ele. Neste sentido, ao escrever para o jornal *Lagos Weekly Record*, Moisés da Rocha selecionava os signos produzidos no universo metropolitano que lhe serviriam à construção de suas críticas. Dito em outros termos, ao se apropriar à sua maneira dos signos relacionados ao colonizador, Rocha tecia uma série de críticas que expunham as fissuras presentes no próprio discurso colonial britânico.

À primeira vista, os textos de Rocha que se referem à violência colonial europeia tratam apenas das ações praticadas em localidades para além do território lagosiano, em específico: Congo, Sudão, Matabeleland e Mashonaland. No entanto, ao denunciar a exacerbação da atuação colonial em regiões afastadas do ponto de vista geográfico, o brasileiro formulou um conjunto de críticas que poderiam ser transpostas à atuação britânica no interior da colônia de Lagos. Ou em sentido inverso, ao denunciar a violência colonizadora em outros territórios, Rocha teceu um discurso capaz de informar aos leitores que as ações “pacificadoras” que aconteciam no interior da colônia de Lagos, na região iorubá, não eram as únicas operadas no continente e, tampouco, a violência era exclusiva das tropas lideradas pelos britânicos.

Neste ponto, cabe ainda apresentar quatro questões: 1. Haveria outros intelectuais lagosianos, não pertencentes à comunidade brasileira, cujas críticas foram publicadas pelos jornais locais? 2. Por que Moisés da Rocha, um brasileiro pertencente a uma das famílias mais ricas da comunidade brasileira de Lagos, cujos negócios dependiam das trocas comerciais com companhias europeias instaladas na cidade, colocou-se como um opositor a determinados aspectos da atuação colonial europeia e britânica na África? 3. Como as críticas formuladas por Rocha circulavam entre os leitores do *Lagos Weekly Record*? 4. E, como o governo colonial local recebeu tais questionamentos? Embora seja difícil responder com precisão a estas questões, proponho a seguir alguns caminhos que podem levar a interpretações, senão capazes de lançar luz sobre determinados aspectos referentes ao tema, sugerir novos problemas de pesquisa.

Considerações finais

No final do século XIX, Rocha não era o único africano nascido em Lagos cujos escritos revelavam um posicionamento atrelado a alguns pressupostos formulados pelo colonizador e, ainda assim, crítico a determinadas ações coloniais. Segundo Nara França (2013, p. 3-4), neste período e

nas duas primeiras décadas do século XX, debates impressos em livros, panfletos e jornais produzidos em Lagos adotavam discursos que ajudaram a compor uma produção intelectual lagosiana bastante heterogênea. Para a historiadora, embora o termo “intelectual” não fosse comum entre os escritores, aqueles considerados como pertencentes a este grupo eram parte de uma rede de indivíduos ligada aos processos de publicação, como: editores, gráficos e vendedores de livros. Muitos dos autores de livros e dos escritores de artigos para jornais atuavam também como proprietários e editores de periódicos, empregados em estabelecimentos de impressão ou livreiros. Para outra pesquisadora dedicada a entender o papel desempenhado pelos jornais de Lagos na segunda metade do século XIX, Nzomi Sawada (2011, p. 9-17), tais veículos de comunicação teriam contribuído para a construção de narrativas históricas formuladas pelos próprios lagosianos.

Embora muitas destas produções tivessem como ponto de partida representações constituídas pelo colonizador, é possível reconhecer que os artigos escritos por Moisés da Rocha desferiram duras críticas a determinados aspectos do colonialismo britânico, mas não ao colonialismo em si. Ao deixar à mostra algumas das fissuras da estrutura de dominação colonial, Rocha expunha os meandros da complexa relação entre colonos lagosianos e colonizadores britânicos. Retomo aqui as interpretações de Frederick Cooper (2008, p. 51), em específico suas ideias a respeito da atuação britânica na Índia e nas colônias africanas no final do século XIX e início do XX. Para o historiador, quando as elites locais assumiram suas posições de resistência à colonização britânica o fizeram à sua maneira e em defesa dos seus próprios interesses. Sobre este aspecto, a resistência configura-se como uma “‘guerra de posição’, um esforço para mudar a sociedade pouco a pouco, mais do que uma radical ‘guerra de movimento.’”

Em um contexto marcado pela intensa penetração de companhias europeias em direção ao interior iorubá – em busca do acesso direto às zonas fornecedoras de oleaginosas, cacau, borracha e algodão – a parcela mais enriquecida da comunidade brasileira, cujos negócios estavam assentados no comércio atacadista atlântico e na intermediação junto aos produtores e mercadores europeus, viu seus negócios minguares (SILVA, 2018, p. 168-171). Neste sentido, os textos produzidos por Moisés da Rocha podem ser lidos como um registro de uma forma de resistência muito próxima à “guerra de posição” assinalada por Cooper. Deste modo, as críticas de Rocha marcam a resistência dos brasileiros mais ricos ao *lugar* econômico (e político) que lhe relegara a administração colonial britânica na década de 1890 e não ao colonialismo em si.

Além deste aspecto, os textos de Moisés da Rocha e de outros autores impressos na forma de livros ou como artigos para jornais não disseminavam apenas a narrativa constituída pela parcela alfabetizada da população de Lagos. A circulação destes escritos também tornava públicas as pessoas que assinavam estes escritos. Isto explica as notas relativas à vida pessoal de Moisés da Rocha, impressas pelo *Lagos Weekly Record*, durante o período em que viveu em Edimburgo. Como um indivíduo cujas ideias eram públicas em função da divulgação proporcionada pela imprensa lagosiana, Rocha se tornou uma figura emblemática da comunidade brasileira instalada na cidade. Ao considerar que ele personificava *um* dos posicionamentos políticos *possíveis* entre a população brasileira que vivia na cidade, percebo que os textos deixados por Moisés trazem um contraponto à ideia de que a comunidade brasileira manteve uma proximidade em relação às ações colonizadoras empreendidas pelos britânicos.

Enfatizo que embora grupos de leitura e de discussão permitissem o acesso de brasileiros não alfabetizados em língua inglesa ao conteúdo dos jornais, percebo que a maioria dos textos impressos

nestes periódicos se referia a acontecimentos e ideias associadas à elite econômica brasileira existente na cidade. Em outras palavras, eram raros os artigos publicados que assinalavam a participação de populares na sociedade lagosiana da segunda metade do século XIX. Os programas de comemoração em torno dos jubileus de ouro (1887) e de diamantes (1897) da rainha Victoria – publicados pelo *Lagos Observer* e pelo *Lagos Weekly Record*, respectivamente – são os dois principais registros que marcam a presença maciça de brasileiros, inclusive dos mais pobres.

Este aspecto apresenta-se de maneira mais evidente nas referências à parte pública das celebrações. Nestas ocasiões, brasileiros pobres e ricos desfilaram pelas ruas centrais da cidade. Ao portarem bandeiras de devoções católicas e entoarem canções em língua portuguesa, estes indivíduos ativaram pública e coletivamente alguns dos componentes de um posicionamento político marcado pela proximidade em relação ao colonizador. Todavia, na prática, essa aproximação não era estendida a todos os brasileiros. No programa de festejos em honra à rainha Victoria havia limites à participação popular e os periódicos analisados não deixaram escapar este aspecto. Banquetes e algumas solenidades específicas eram reservados apenas aos convidados, ou seja, aos britânicos que integravam a administração colonial, às chefias locais e aos saros e brasileiros mais ricos. Neste sentido, ao conferirem visibilidade à parcela escolarizada e economicamente privilegiada dos brasileiros, os jornais de Lagos ajudaram a compor um conjunto de representações que, com o tempo, se tornaram associadas à totalidade dos indivíduos existentes na cidade. Silenciando acerca das assimetrias sociais, políticas e econômicas presentes, os jornais contribuíram para a elaboração da ideia de que uma das faces do tecido conjuntivo responsável por atar os brasileiros uns aos outros era o posicionamento político favorável ao colonizador. Contudo, as assimetrias presentes no interior da comunidade brasileira, que residia em Lagos nas décadas finais do século XIX, eram muitas. A forma como os dissensos acerca do *lugar* político ocupado por estes muitos brasileiros é interpretada pela historiografia constitui um campo de análise ainda carente de aprofundamento.

Cumprir ainda tratar do último questionamento proposto, qual seja: como o governo colonial local recebeu os artigos de Moisés da Rocha publicados pelo *Lagos Weekly Record*? Apesar de não dispor de dados precisos que possam responder a esta questão, entendo os escritos de Rocha como um conjunto de considerações elaboradas de forma a criticar, de maneira indireta, a atuação da administração colonial lagosiana, mas não o colonialismo. Ao selecionar quais seriam as ações da dominação colonial que seriam alvo de suas considerações, Rocha tecia as críticas que atenderiam às aspirações de seu grupo e que eram possíveis de serem feitas por um jornal que mantinha alguma dependência em relação aos recursos governamentais endereçados a ele. Como indiquei anteriormente, a partir de 1890, o *Lagos Weekly Record* começou a receber um subsídio anual do governo, fato que lhe permitiu dobrar o número de folhas impressas e, em contrapartida, abrandou seus ataques ao *Colonial Office*, em Londres. No entanto, o periódico aparentemente manteve seus ataques em direção aos governadores britânicos instalados na cidade.⁹ Muito embora o modo como os governadores britânicos das décadas de 1880 e 1890 receberam as críticas de Rocha constitua um dos limites interpretativos deste artigo, sublinho ser este um caminho possível às pesquisas futuras.

Fontes e referências

Fontes

BROWN, William Wells. *The American Fugitive in Europe: Sketches of Places and people abroad. With a memoir of the author.* Boston; New York: John P. Jewett and Company; Sheldon, Lamport & Blackeman, 1855.

World Newspaper Archive – 1883 – 1888. Coleção: *African Collection.*

Lagos Weekly Record – 1891 a 1906

Lagos Observer – 1882 a 1888

The National Archives / Londres

Coleção: *Colonial Office (CO), Government Gazettes.*

CO 150/8 – 1897 a 1898

CO 150/9 – 1899 a 1900

Referências

AMÓS, Alcione M. The Amaros and Agudás. The Afro-Brazilian Returnees Community in Nigeria in the Nineteenth Century. In: AFOLABI, Niyi; FALOLA, Toyin. *The Yoruba in Brazil, Brazilians in Yorubaland.* Cultural Encounter, Resilience, and Hybridity in the Atlantic World. Durham: Carolina Academic Press, 2017.

AMÓS, Alcione M. *Os que voltaram: a história dos retornados afro-brasileiros na África Ocidental no século XIX.* Belo Horizonte: Tradição Planalto, 2007.

BHABHA, Homi. *O local da cultura.* 2. ed. Belo Horizonte: Humanitas; Editora UFMG, 2013.

BRITO, Luciana da Cruz. *Sob o Rigor da Lei: africanos e africanas na legislação baiana (1830-1841).* Dissertação (Mestrado em História Social) – IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

COOPER, Frederick. Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 21-73, jul. 2008.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África.* 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FALOLA, Toyin; HEATON, Matthew. *A History of Nigeria.* Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

FRANÇA, Nara Muniz Improta. *Producing Intellectuals: Lagosian Books and Pamphlets between 1874 and 1922.* Sussex, UK: University of Sussex, 2013.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência.* São Paulo; Rio de Janeiro: Ed. 34; Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

LAW, Robin. A Comunidade brasileira de Uidá e os últimos anos do tráfico atlântico de escravos, 1850-66. *Revista Afro-Ásia*, n. 27, p. 41-77, 2002.

MANN, Kristin. *Slavery and the Birth of an African City: Lagos, 1760-1900.* Indiana: Indiana University Press, 2007.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: história e civilizações.* Tomo II (do século XIX aos nossos dias). 2. ed. Lisboa: Colibri, 2011.

NEWBURY, C. W. *British Policy towards West Africa. Select Documents, 1874-1914.* London: Oxford University Press, 1971.

OLINTO, Antonio. *Brasileiros na África.* Rio de Janeiro: Editora GRD, 1975.

OTERO, Solimar. *Afro-Cuban diasporas in the Atlantic world.* Rochester: University of Rochester Press, 2010.

PARIS, Melanie. *Repatriated Africans from Cuba and Brazil in nineteenth century Lagos.* Tese (Mestrado em Artes) – The Ohio State University, Ohio, 1998.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Trad. Jézio Hernani Bonfim Gutierrez. Bauru: EDUSC, 1999.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAWADA, Nozomi. *The educated elite and associational life in early Lagos newspapers: in search of unity for the progress of society*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Centre of West African Studies School of History and Cultures, College of Arts and Law, University of Birmingham, Birmingham, 2011.

SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; EdUERJ, 2003.

SILVA, Alberto da Costa e. *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Ed. UERJ, 2004.

SILVA, Angela Fileno da. *Vozes de Lagos: brasileiros em tempos do império britânico*. Tese (Doutorado em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, Angela Fileno da. *Vozes de Lagos, comerciantes brasileiros em tempos de império britânico*. In: MACÊDO, Tania Celestino de (org.). *África: Perspectivas: ensino, pesquisa e extensão*. São Paulo: FFLCH; CEA, 2018.

SMITH, Robert Sydney. *The Lagos Consulate, 1851-1861*. London: Macmillan Press; University of Lagos Press, 1978.

SHERWOOD, Marika. *Origins of Pan-Africanism: Henry Sylvester Williams, Africa, and the African Diaspora*. New York; London: Routledge, 2011.

VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.

Notas

¹ Cornelius Alfred Moloney ocupou o governo de Lagos em duas ocasiões. A primeira entre os anos de 1878 e 1880, como governador em exercício, uma vez que o posto estava vacante desde 1872, quando John Hawley Glover (1863-1872) deixou o cargo. Ao longo destes dois anos, Lagos esteve submetida à colônia britânica da Costa do Ouro. A segunda ocasião foi entre 1886 e 1891, desta vez em um momento em que a cidade já havia retomado sua autonomia administrativa como colônia britânica independente.

² Entre 1900 e 1906, Sir Frederick Lugard ocupou o cargo de Alto Comissário do Protetorado da Nigéria do Norte. Mais tarde, de 1912 a 1913, assumiu o governo das Colônias da Nigéria do Sul e do Norte e, durante o período de 1914 e 1919, atuou como Governador Geral da Colônia da Nigéria.

³ Doravante as referências aos jornais tratados neste artigo serão feitas por suas respectivas siglas: *L.O.* (*Lagos Observer*), *L.W.R.* (*Lagos Weekly Record*) e *G.G.* (*Government Gazette*). Para referir-me à base de dados onde é possível encontrar os dois primeiros periódicos utilizarei as siglas: *WNA* (*World Newspaper Archive*), *AN* (*African Newspaper*).

⁴ A relação publicada pelo *Lagos Observer* revela que os dezenove brasileiros signatários da carta entregue ao governador de Lagos, mas endereçada à rainha Victoria eram: Prisco F. da Costa, J.J. da Costa, J.M. Assumpção, M.P. da Silva, Lasaro B. da Silva, P.M. dos Anjos, T.T. d'Sousa Marquis, E. Co's as Silica, J.D'Castro, M.F. Seigeideiro, Q.F. Gomes, Marcos A. Cardoso, H.N. Berand, P.L. da Silva, L.A. Cardoso, Salvador Lamos da Neves, João Campos, P.F. Gomes e Senhor Salvador. Ao cotejarmos alguns dos nomes listados acima aos registros de armazéns, publicados pelas *Government Gazettes*, e aos anúncios de estabelecimentos comerciais, impressos pelo *Lagos Observer* e pelo *Lagos Weekly Record*, verificamos que nomes como João Campos, P.F. Gomes e J.M. Assumpção também aparecem citados em outras fontes. *The Lagos Observer*, 2 e 9 de julho de 1887, *World Newspaper Archive*, *African Newspapers*, 1883-1888.

⁵ Com base nos registros de Brown a respeito de sua visita à Edimburgo, Paul Gilroy compara as experiências do então aluno de medicina, matriculado na universidade norte-americana de Harvard, Martin Robison Delany. Segundo o autor, Delany enfrentou situações muito mais desfavoráveis do que os estudantes da escola de medicina escocesa. GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo; Rio de Janeiro: Ed. 34; Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001. p. 70.

⁶ De acordo com a biografia de Sherwood, Henry Sylvester Williams estudou direito na Inglaterra, tornando-se o primeiro negro a exercer esta profissão na Cidade do Cabo, África do Sul, e um dos dois primeiros negros eleitos para integrar o conselho colonial de Westminster, Londres. SHERWOOD, Marika. *Origins of Pan-Africanism: Henry Sylvester Williams, Africa, and the African Diaspora*. New York; London: Routledge, 2011.

⁷ No original, os exploradores europeus são adjetivados como “cut-throats”, traduzido livremente por mim como “cruéis”. Este termo, no entanto, pode assumir outros significados, sendo o mais comum o de “degolador”.

⁸ O termo empregado na versão original em inglês é *mimicry*, cuja tradução direta seria “mimetismo”, vocábulo ligado ao campo das ciências naturais e usado para se referir à capacidade de um organismo vivo se adaptar ao ambiente. Talvez a substituição de “mimetismo” por “mímica” tenha implicado em prejuízo à ideia de transformação incompleta que o primeiro termo carrega.

⁹ Este posicionamento pode ter se alterado depois de 1915, ano em que a atividade de imprensa se tornou regulada por uma legislação específica e a censura se estabeleceu de maneira mais evidente.

Data de recebimento: 29/10/2018

Data de aprovação: 20/03/2019